

Edital de Seleção n.º xxx

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º xxxx

DISPÕE SOBRE O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COM VISTAS À CONTRA-TAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAÇÃO NO PRO-JETO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA PARA DOENÇAS AUTOIMUNES NO ESTA-DO DO RIO DE JANEIRO.

### 1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Autarquia Fundacional, constituida na forma da Lei Municipal n.º 547, de 4 de dezembro de 1950, conforme Lei Estadual nº 1318 de 10 de junho de 1988 e Decreto n.º 6465, de 29 de dezembro de 1982, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas — CNPJ sob o n.º 33.540.014/0001-57, estabelecida na Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20550-013, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, MARIO SÉRGIO ALVES CARNEIRO, portador da carteira de identidade n.º 42624553 e inscrito no CPF n.º 806.662.137-04, ora denominada simplesmente UERJ, torna público que será realizado PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COM VISTAS À CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, no art. 77, inciso XI da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, na Lei Estadual n. 6.901/20014, na Lei Estadual n. 5.361 de 2008 e no AEDA 013/REITORIA/2021, com redação atualizada pelo AEDA 017/REITORIA/2021, além das demais disposições normativas aplicáveis e do disposto no presente edital.



- **1.2** O Edital e seus anexos, bem como eventuais retificações, estarão disponíveis para consulta no seguinte sítio eletrônico: http://www.prossim.uerj.br
- **1.3** No mesmo sítio eletrônico indicado no subitem 1.2 também serão divulgadas todas as informações sobre o processo seletivo, inclusive em relação às inscrições, classificação dos candidatos, eventuais recursos, resultado final, homologação e convocação.
- **1.4** O mencionado sítio eletrônico é o meio oficial de publicidade e comunicação relativo ao presente Processo Seletivo Simplificado, dispensada a publicação em Diário Oficial (§5º do art. 8º da Lei Estadual 5.361/2008, incluído pela Lei Estadual 9.255/2021).
- 1.5 A contratação a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de oficio ou por provocação de interessado, observado os princípios do contraditório e ampla defesa, não gerando qualquer obrigação de indenizar.

#### 2. DA FINALIDADE

- **2.1** A contratação, realizada por prazo determinado, tem por finalidade atender, temporariamente, excepcional interesse público consistente no desenvolvimento de inovação, pesquisa, ensino e/ou extensão, relativo ao seguinte objeto: Contribuir para a melhoria do acesso da população do estado do Rio de Janeiro ao diagnóstico e tratamento adequado às pessoas com doenças reumatológicas autoimunes a ser realizado pela Unidade Docente Assistencial de Reumatologia no HUPE / PPC UERJ.
- **2.2** Busca-se aprimorar a formação (pessoal, profissional e acadêmica) dos profissionais de saúde e por consequência, qualificar na região aplicada com a coleta de dados, reflexão, treinamento, capacitação e formação tendo objetivo de pesquisar e produzir conhecimento aplicado.
- 3. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, DO PRAZO, DO QUANTITATIVO, DA CARGA HO-RÁRIA E DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO



- **3.1** O processo seletivo simplificado tem por objeto a contratação temporária por prazo determinado, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Estadual Nº 6901 de 02 de outubro de 2014, conforme o interesse da Administração.
- **3.2** As atividades que serão preenchidas estão limitadas aos quantitativos totais abaixo especificados (podendo ser ampliado de acordo com a necessidade, seguindo o critério classificatório), com suas respectivas cargas horárias e locais de prestação do serviço, podendo haver remoção para qualquer outra unidade integrante da estrutura da UERJ, desde que compatível com a finalidade da contratação.

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO
Médicos	Realizam consultas e atendimentos médicos; solicitam e realizam exames de saúde para um melhor diagnóstico e para acompanhamento da evolução do paciente; indicam tratamentos a base de remédios; difundem conhecimentos da área médica.
Enfermeiros	Prestam assistência ao paciente; coordenam, planejam ações e auditam serviços de enfermagem.
Fisioterapeuta	Aplicam técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes e clientes. Atendem e avaliam as condições funcionais de pacientes e clientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Atuam na área de educação em saúde através de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolvem e implementam programas de prevenção em saúde geral e do trabalho. Exercem atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos
Psicólogo	Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos



mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.

Farmacêuticos

Realizam ações específicas de dispensação de produtos e serviços farmacêuticos. Realizam ações de controle de qualidade de produtos e serviços farmacêuticos, gerenciando o armazenamento, distribuição e transporte desses produtos. Desenvolvem produtos e serviços farmacêuticos, podem coordenar políticas de assistência farmacêutica e atuam na regulação e fiscalização de estabelecimentos, produtos e serviços farmacêuticos. Realizam análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. Podem realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais dos seres humanos e dos animais.

Auxiliar de farmácia Realizam atendimentos presenciais ou telefônicos para pacientes; Interpretam prescrições e receitas médicas, sabendo esclarecer dúvidas de dosagens e horários para tomar os medicamentos; Recepcionam, realizam, conferem, armazenam e lançam nos sistemas medicamentos e produtos recebidos; Realizam inventários e contagens de medicamentos controlados e psicotrópicos; Fazem a reposição de medicamentos ou produtos no estoque; Dispensam medicamentos e produtos violados, próximos do vencimento ou em mal estado de conservação; Registram informações em sistemas farmacêuticos, como por exemplo: entrada e saída de medicamentos controlados. Auxiliam com a manutenção da organização das prateleiras e expositores de remédios e produtos. Organizam medicamentos para encaminhar às enfermarias ou pacientes (auxiliar hospitalar); Re-



	gistram diariamente as temperaturas das geladeiras que estão armazenando os medicamentos (auxiliar hospitalar).
Técnicos em en- fermagem	Desempenham atividades técnicas de enfermagem; atuam em cirurgia, terapia, puericultura, reumatologia, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestam assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizam ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalham em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança.
Assistentes Admi- nistrativo	Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem pacientes, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.

ATIVIDADES	QUANTITATI- VO	RESERVA NEGROS E ÍNDIOS	RESERVA PORTA- DORES DE DEFI- CIÊNCIA	CARGA HORÁ- RIA/ SEMANAL
Médico Especialista	08	01	0	24h.
em Reumatologia				
plantonista, com ex-				
periência comprovada				
em atendimento à pa-				
cientes com doenças				
reumáticas autoimu-				



nes.				
Médico Especialista				
em Reumatologia				
plantonista, com ex-				
periência comprovada				
com imunoterapia in-				
fusional assistida e				
gestão de medica-				
mentos imunobiológi-				
cos e imunossupres-	01	0	0	12h.
sores no contexto do				1211.
Sistema Hours do Mi-				
nistério da Saúde, in-				
cluindo análise e au-				
torização de dispensa-				
ção dos medicamen-				
tos aos pacientes com				
doenças reumáticas				
autoimunes.				
Psicólogo	01	0	0	30h.
Fisioterapeuta, com				
experiência em aten-				
dimentos aos pacien-	01	0	0	30h.
tes internados porta-	01	U	U	JUII.
dores de doenças reu-				
máticas autoimunes.				



Farmacêutico, com experiência compro-				
vada em gestão de				
medicamentos imuno-				
biológicos e imunos-				
supressores no con-				
texto do Sistema				
Hours do Ministério	01	0	0	20h.
da Saúde, incluindo				
análise e autorização				
de dispensação dos				
medicamentos aos pa-				
cientes com doenças				
reumáticas autoimu-				
nes.				
Enfermeiro (a) rotina,				
com experiência com-				
provada em regime de				
internação hospitalar /				
ou em Unidade de				
Imunoterapia Infusio-	05	01	0	30h.
nal assistida (Centro				
de Infusão) aos paci-				
entes com doenças				
reumáticas autoimu-				
nes.				
Técnico em enferma-	04	01	0	30h. (12h.x60h.)



gem plantonista diur-				
no				
Técnico em enferma-				
gem plantonista no-	04	01	0	30h. (12h.x60h.)
turno.				
Auxiliar de farmácia	02	0	0	30h. (12h.x60h.)
Assistente Adminis-				
trativo diarista – nível	01	0	0	40h.
01				

- **3.3** Tendo em vista as especificidades de cada Serviço, o profissional selecionado poderá cumprir a carga horária de forma presencial ou remota (sobreaviso), de acordo com a orientação prévia do coordenador da descentralização.
- **3.4** O presente processo seletivo simplificado tem como finalidade a formação de banco de cadastro de reserva, e caso a Unidade Acadêmica venha a destinar 5 (cinco) ou mais vagas aos candidatos aprovados, 20% serão reservadas a negros e índios, devendo ser observada para estes 1 (uma) vaga para cada fração de 5 (cinco) vagas oferecidas. Não sendo limitada a concorrência a integralidade das vagas.
- **3.4.1** Caso a Unidade Acadêmica venha a destinar 20 (vinte) ou mais vagas aos candidatos aprovados, 5% serão reservadas a pessoas com deficiência, devendo ser observada para estes 1 (uma) vaga para cada fração de 20 (vinte) vagas oferecidas. Não sendo limitada a concorrência a integralidade das vagas.
- **3.4.2** São os seguintes os quantitativos destinados aos negros, indígenas e oriundos de comunidades quilombolas, e às pessoas com deficiência, mediante declaração médica que indique com precisão a deficiência (e seu enquadramento no art. 5º e no Anexo Único da Lei Estadual nº 2.298/1994) e sua



compatibilidade integral com os requisitos e condições do exercício da função específica descritos no Item 10 deste Edital (art. 9º da Lei Estadual nº 2.298/1994):

TIPO DE COTA	PERCENTUAL
Negros, indígenas e oriundos de comu-	PERCENTUAL: 20% (vinte por cento) do total as vagas
nidades quilombo-	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Termo de Autodeclaração para a respectiva Cota (Anexos V, VI e VII deste Edital)
	PERCENTUAL: 5% (cinco por cento) do total de vagas (Lei Estadual 2.298/1994)  DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA:
ciência	Declaração, Laudo ou Atestado Médico, datado, carimbado e assinado por médico (com indicação do CRM), que indique a deficiência com precisão, a hipótese específica de enquadramento no art. 5º e no Anexo Único da Lei Estadual nº 2.298/1994, e afirme sua compatibilidade integral com as condições específicas do exercício da atividade descritas no Item 10, VI, deste Edital (art. 9º da Lei Estadual nº 2.298/1994)

# 4. DA REMUNERAÇÃO E DEMAIS VANTAGENS

**4.1** A remuneração bruta, total e mensal, das respectivas atividades será a constante da Tabela abaixo.

ATHAD A DEG	REMUNERAÇÃO
ATIVIDADES	BASE



R\$ 8.000,00
R\$ 4.000,00
R\$4.000,00
R\$ 4.000,00
R\$ 4.000,00
R\$ 4.000,00
R\$ 2.000,00
R\$ 2.000,00
R\$ 2.000,00

- **4.2** Eventuais vantagens e beneficios previstos em legislação específica da categoria funcional ou de cargo análogo na estrutura estadual não repercutirão sobre a remuneração referida neste Edital.
- **4.3** Serão garantidas as seguintes vantagens: licença maternidade; licença paternidade, férias, quando o período do contrato for superior a 12 (doze) meses, inclusive proporcionais; 13º salário, inclusive proporcionais; e adicional de insalubridade, desde que preenchidos os requisitos legais; remuneração não inferior ao piso regional fixado em Lei Estadual, de acordo com a respectiva categoria.

## 5. DA VALIDADE DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

**5.1** A contratação temporária eventualmente poderá ser prorrogada nos termos da Lei 6.901/2014 a critério da UERJ.

# 6. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO E DO RESPECTIVO CALENDÁRIO

**6.1** São as seguintes as etapas e calendário do processo seletivo:



ETAPAS	PERÍODO
INSCRIÇÕES	08/08/2022 à 14/08/2022
ANÁLISE	15/08/2022 à 16/09/2022
RESULTADO ANALISE DAS INSCRIÇÕES	19/09/2022
PEDIDO DE RECURSO	20/09/2022 à 21/09/2022
ANÁLISE DE RECURSO	22/09/2022 à 21/10/2022
RESULTADO DO RECURSO	24/10/2022
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	26/10/2022
HOMOLOGAÇÃO	31/10/2022

# 7. DO PROCEDIMENTO SELETIVO E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

- **7.1** O processo seletivo será realizado em etapa única, de caráter classificatório, consistente em critério objetivo de seleção por currículo, que consiste em avaliação de títulos (formação acadêmica) e de experiência profissional (familiaridade do candidato com o exercício das atividades descritas nos Itens 3 e 10 deste Edital).
- **7.2** Serão classificados os candidatos que obtiverem maior pontuação, segundo o critério estabelecido no Item 8 e Anexo I deste Edital.
- **7.3** Em caso de empate serão utilizados os seguintes critérios de desempate para a classificação do candidato, na ordem abaixo apresentada:
  - I. maior tempo de exercício na função indicada;
  - II. mais elevada titulação com maior pertinência com o objeto da contratação;
  - III. maior idade, considerando inclusive, dia e mês do nascimento;



IV. sorteio público, realizado com apoio de tecnologia da informação e comunicação.

- **7.4** O candidato é responsável por todas informações prestadas e documentos enviados na inscrição, assim como por sua veracidade, legibilidade e integralidade, respondendo por todas as consequências de eventuais erros, imprecisões ou falsidade de preenchimento.
  - Os documentos deverão ter o formato PDF com as seguintes características:
    - 1- Limite de 2 megabytes para cada arquivo;
    - 2- Texto legível e imagem nítida.
  - Arquivos que não observem as características formais, previstas no edital, como documentos anexados em local diverso do solicitado ou estiverem incompletos / ilegíveis ou rasurados, serão desconsiderados e poderá importar na eliminação do candidato.
- **7.5** Por de tratar de inscrição mediante formulário eletrônico, é dever do candidato providenciar a impressão ou gravação do comprovante eletrônico de inscrição disponibilizado no sistema. Este comprovante é o único documento oficial comprobatório da inscrição.
- **7.6** Somente serão classificados e convocados os candidatos cujas inscrições forem efetivadas e validadas na forma descrita no item 7.4.
- **7.7** Não serão aceitos documentos encaminhados por outro modo que não o constante no Edital, como via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

### 8. DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- **8.1** No ato da convocação o candidato deverá apresentar toda a documentação exigida no edital (original e cópia), bem como a indicação de todas as titulações e experiências no exercício das atividades que serão contratadas, apresentando os documentos comprobatórios das titulações e experiências, como ainda endereços físico e eletrônico, e telefone para eventual contato.
- 8.2 Os candidatos às vagas deste processo seletivo simplificado devem apresentar documentos de habilitação para se candidatar à especialidade concorrida, caso contrário, não terão suas documentações pontuadas pela Equipe Avaliadora e serão considerados como inaptos.
- **8.3** Os candidatos também deverão apresentar como documentação comprobatória a documentação abaixo que será avaliada/verificada pela Comissão Avaliadora.



1. Documentação comprobatória de Declaração de empregador anterior e/ou cópia da Carteira de Trabalho e/ou Contrato de Trabalho em que constem informações relativas aos serviços prestados e período trabalhado, cabendo informar que após ao 14º dia trabalhado será computado como 1 mês de experiência;

**8.4** Os candidatos serão classificados conforme os critérios de julgamento definidos no Anexo I, que descreve as titulações acadêmicas e as experiências no exercício das atividades contratadas e as respectivas pontuações.

### 9. DAS INSCRIÇÕES

- **9.1** As inscrições devem ser efetivadas no período descrito no calendário indicado no Item 6 deste Edital através do sítio eletrônico: http://www.prossin.uerj.br
- **9.2** O candidato é responsável por todas as informações prestadas na inscrição, assim como por sua veracidade, respondendo por todas as consequências de eventuais erros, imprecisões ou falsidade de preenchimento.
- **9.3** Será exigida a apresentação da via original e cópias dos documentos comprobatórios de titulação e experiência, caso a Administração assim entenda necessário, os quais serão devolvidos no mesmo ato de sua validação e conferência, não podendo ser retidos pela Administração, os originais.
- **9.4** Somente serão classificados e convocados os candidatos cujas inscrições forem efetivadas e validadas na forma descrita neste item.
- **9.5** Após a validação da inscrição, os documentos entregues pelo candidato ficarão arquivados eletronicamente até o prazo de validade do concurso, quando serão inutilizados.
- **9.6** A validação da inscrição não garante a contratação do candidato, podendo esta ser adiada, revogada ou anulada, nos termos do item 1 deste Edital.
- 9.7 As informações prestadas pelos candidatos serão comprovadas à época da convocação.



- **9.8** Nos termos deste Item 9, no ato da inscrição o candidato poderá optar por concorrer por um dos regimes de cotas disponibilizados pelo sistema: negro, indígena ou oriundo de comunidade quilombola, ou pessoa com deficiência.
- 9.9 Fica reservado aos candidatos com deficiência, mediante Declaração, Laudo ou Atestado Médico, datado, carimbado e assinado por médico (com indicação do CRM), que indique a deficiência com precisão, a hipótese específica de enquadramento no art. 5° e no Anexo Único da Lei Estadual n° 2.298/1994, e afirme sua compatibilidade integral com as condições específicas do exercício da atividade descritas no Item 10, VI, deste Edital (art. 9° da Lei Estadual n° 2.298/1994), o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas compatíveis a serem preenchidas pelos candidatos inscritos, durante o prazo de validade deste processo seletivo, nos termos do Decreto Federal n° 3.298/1999, e em cumprimento à Lei Estadual n° 2.298/1994, com redação alterada pelas Leis Estaduais n° 2.482/1995 e n° 9.067/2020.
- **9.10** Fica reservado aos candidatos negros, indígenas ou oriundos de comunidades quilombolas, mediante autodeclaração, o equivalente a 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas pelos candidatos inscritos, durante o prazo de validade deste processo seletivo, nos termos da Lei Estadual nº 6.067/2011 e o Decreto Estadual nº 43.007/2011.
- **9.11** As vagas não preenchidas na forma deste Item 9 retornarão para o quadro de ampla concorrência.
- **9.11.1** Para concorrer a uma das vagas reservadas o candidato deverá declarar a sua condição, selecionando no ato da inscrição, em campo apropriado, o regime de cotas que deseja se inscrever.
- **9.11.2** O candidato que não selecionar o regime na forma deste Item 9 no ato da inscrição concorrerá à totalidade das vagas existentes pela listagem de ampla concorrência.
- **9.11.3** Sendo facultativa a autodeclaração de que trata este Item 9.11.2, será considerado negro, indígena ou oriundo de comunidade quilombola o candidato que assim se declare no momento da inscrição, mediante apresentação do Termo de Autodeclaração para a respectiva Cota (Anexos V, VI ou VII deste Edital).



**9.11.4** Assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez detectada a falsidade da declaração a que se refere este Item 9, será o candidato eliminado do processo seletivo, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.

### 10. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 10.1 Para a contratação, o candidato deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
- I ter sido considerado apto no processo seletivo;
- II não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas subsidiárias e controladas, ou no serviço militar (estadual ou federal), na data da assinatura do contrato, excetuando-se aqueles enquadrados nas hipóteses previstas no inciso XVI do art. 37; §3° do art. 42; ou §3°, inciso VIII, do art. 142, todos da Constituição Federal, desde que comprovada a compatibilidade de horários, nos termos do art. 7° e parágrafo único da Lei Estadual nº 6.901/2014,;
- III não receber proventos de cargo público civil, militar estadual ou militar federal, excetuando-se as situações enquadradas nas hipóteses previstas no inciso XVI do art. 37; §3° do art. 42; ou §3°, inciso VIII, do art. 142, respectivamente, em consonância com o §10 do art. 37, todos da Constituição Federal;
- IV não ter sido contratado pela Administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, nos termos do inciso III do art. 9º da Lei Estadual nº 6.901/2014;
- V não possuir, nos termos do art. 15 da Lei Estadual nº 6.901/2014, grau de parentesco com Governador, Vice-Governador, Secretários, Subsecretários, Diretores de Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista da Administração Indireta, Deputados Estaduais e Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, bem como, no âmbito desta Universidade, com membros natos, eleitos e suplentes do Conselho Universitário;



VI – possuir os seguintes requisitos obrigatórios e condições específicas para o exercício de determinadas atividades, dentre as descritas no Item 3, no sentido abaixo indicado:

ATIVIDADES	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS
Médico Especialista	
em Reumatologia	Formação em nível superior no curso de Medicina. Documentação compro-
plantonista, com expe-	batória: Diploma do curso, registro no conselho da classe (CRM) e com-
riência comprovada	provante de pagamento da anuidade devida; Experiência em atendimento à
em atendimento à pa-	pacientes com doenças reumáticas autoimunes. Documentação comproba-
cientes com doenças	tória: Declaração ou comprovante de recebimento emitido por Instituição
reumáticas autoimu-	Hospitalar.
nes.	
Médico Especialista	
em Reumatologia	
plantonista, com expe-	
riência comprovada	Formação em nível superior no curso de Medicina. Documentação compro-
	batória: Diploma do curso, registro no conselho da classe (CRM) e com-
	provante de pagamento da anuidade devida; Experiência com imunoterapia
gestão de medicamen-	infusional assistida e gestão de medicamentos imunobiológicos e imunos-
tos imunobiológicos e	supressores no contexto do Sistema Hours do Ministério da Saúde, incluin-
imunossupressores no	do análise e autorização de dispensação dos medicamentos aos pacientes
contexto do Sistema	com doenças reumáticas autoimunes. Documentação comprobatória: De-
Hours do Ministério	claração ou comprovante de recebimento emitido por Instituição Hospita-
da Saúde, incluindo	lar.
análise e autorização	
de dispensação dos	
medicamentos aos pa-	
cientes com doenças	



reumáticas autoimunes.	
Psicólogo	Formação em nível superior no curso de Psicologia. Documentação comprobatória: Diploma do curso e registro no conselho da classe;
Fisioterapeuta, com experiência em atendimentos aos pacientes internados portadores de doenças reumáticas autoimunes.	Formação em nível superior no curso de Fisioterapia. Documentação comprobatória: Diploma do curso e registro no conselho da classe; Experiência em atendimentos aos pacientes internados portadores de doenças reumáticas autoimunes. Documentação comprobatória: Declaração ou comprovante de recebimento emitido por Instituição Hospitalar.
Farmacêutico, com experiência comprovada em gestão de medicamentos imunobiológicos e imunossupressores no contexto do Sistema Hours do Ministério da Saúde, incluindo análise e autorização de dispensação dos medicamentos aos pacientes com doenças reumáticas autoimunes.	Formação em nível superior no curso de Farmácia. Documentação comprobatória: Diploma do curso e registro no conselho da classe; Experiência comprovada em gestão de medicamentos imunobiológicos e imunossupressores no contexto do Sistema Hours do Ministério da Saúde, incluindo análise e autorização de dispensação dos medicamentos aos pacientes com doenças reumáticas autoimunes. Documentação comprobatória: Declaração ou comprovante de recebimento emitido por Instituição Hospitalar.
Enfermeiro (a) rotina, com experiência com-	



provada em regime de internação hospitalar / ou em Unidade de Imunoterapia Infusional assistida (Centro de Infusão) aos pacientes com doenças reumáticas autoimunes.	Formação em nível superior no curso de Enfermagem. Documentação comprobatória: Diploma do curso e registro no conselho da classe; Experiência em regime de internação hospitalar / ou em Unidade de Imunoterapia Infusional assistida (Centro de Infusão) aos pacientes com doenças reumáticas autoimunes. Documentação comprobatória: Declaração ou com-
Técnico em enferma- gem plantonista diur- no	Formação em nível médio técnico em enfermagem. Diploma do curso e registro no conselho da classe e comprovante de pagamento da anuidade devida;
Técnico em enferma- gem plantonista notur- no.	Formação em nível médio técnico em enfermagem. Diploma do curso e registro no conselho da classe e comprovante de pagamento da anuidade devida;
Auxiliar de farmácia	Formação em nível médio técnico ou profissionalizante na área farmácia. Documentação comprobatória: Diploma do ensino médio técnico ou do curso profissionalizante.
Assistente Administrativo diarista – nível 01	Formação em nível médio.  Documentação comprobatória: Diploma de nível médio completo.



### 11. DA CLASSIFICAÇÃO

- **11.1** Os candidatos cujas inscrições forem validadas na forma descrita no Item 9 deste Edital serão classificados de acordo com a pontuação alcançada.
- 11.2 A classificação será obtida pelo somatório dos pontos atribuídos aos títulos e à experiência.
- 11.3 O resultado da ordem classificatória será gerado por sistema informatizado, sem interferência humana, seja na contagem da pontuação, seja na geração do ranking. Caberá à Comissão Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado apenas verificar os documentos apresentados pelo candidato, isto é, conferir se eles realmente apresentam a forma e o conteúdo apontados.
- 11.3.1 O resultado da ordem classificatória será disponibilizado exclusivamente no sítio eletrônico indicado no Item 1 deste Edital, para a publicidade do processo seletivo e acompanhamento pelos candidatos inscritos, no período descrito no calendário fixado no Item 6. Cabe ao candidato acompanhar, diariamente, a atualização do sítio eletrônico.
- 11.4 Os candidatos classificados não terão direito adquirido à contratação, podendo ser convocados a qualquer tempo, segundo a oportunidade e a conveniência da Administração, observado o prazo de validade do processo seletivo simplificado e a ordem de classificação final obtida após a validação da inscrição.
- 11.5 Os candidatos inscritos e classificados na forma descrita neste Edital poderão ser convocados para formalizar o Contrato Temporário. A convocação dos candidatos será anunciada no sítio eletrônico indicado no Item 1 deste Edital e será realizada por meio de envio de e-mail, pela UERJ, ao endereço eletrônico indicado/fornecido, pelo candidato, no formulário eletrônico de inscrição.

#### 12. DO RECURSO

- **12.1** O candidato poderá, no prazo estabelecido no Item 6, interpor recurso em razão de sua classificação.
- 12.2 No formulário de recurso deverá constar, entre outros dados, o nome completo do candidato, o número da inscrição no concurso, telefone (inclusive celular) e endereços físico e eletrônico (e-



mail) para contato, assim como a motivação (fundamentação) pela qual compreende que a pontuação objetiva não foi realizada de modo adequado.

- **12.3** O recurso deverá ser interposto exclusivamente por meio de formulário eletrônico, constante do sítio eletrônico indicado no Item 1 deste Edital.
- **12.4** A decisão que acolher ou rejeitar o recurso deverá indicar a nota final obtida pelo somatório dos pontos atribuídos aos títulos e à experiência comprovada, para divulgação no mesmo sítio eletrônico indicado no Item 1.
- **12.5** A listagem com a eventual reclassificação de candidatos será disponibilizada no sítio eletrônico indicado no Item 1 deste Edital, para a publicidade do processo seletivo e acompanhamento pelos candidatos inscritos, do resultado final do processo seletivo.
- **12.6** Não serão aceitos recursos via postal, via fax, via e-mail ou por qualquer outro meio diferente no indicado no item 12.3, nem apresentados fora do prazo estabelecido no calendário do Item 6 deste Edital.

#### 13 DA CONVOCAÇÃO

- 13.1 Os candidatos cujas inscrições forem devidamente validadas comporão cadastro de reserva e serão convocados pela ordem de classificação do resultado final do processo seletivo, de acordo com as necessidades identificadas.
- **13.2** A convocação dos candidatos será anunciada no sítio eletrônico indicado no Item 1 deste Edital e será realizada por meio de envio de e-mail, pela UERJ, ao endereço eletrônico indicado/fornecido, pelo candidato, no formulário eletrônico de inscrição.
- **13.3.** Os candidatos convocados por e-mail nos moldes acima deverão atender às solicitações indicadas na mensagem eletrônica cabendo-lhes apresentar, em local à ser indicado posteriormente, a seguinte documentação, devidamente digitalizada:
  - 1. Carteira de Identidade;
  - 2. CPF (o mesmo utilizado no ato da inscrição);



- 3. Título de Eleitor e comprovante de quitação perante a Justiça Eleitoral;
- 4. PIS, ou PASEP, ou NIT;
- 5. Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para os candidatos do gênero masculino;
- 6. Comprovante de naturalização, quanto for o caso;
- 7. Visto permanente, se estrangeiro;
- 8. Comprovante de residência atualizado;
- 9. Documentação comprobatória da validação da inscrição;
- 10. Comprovante de Escolaridade em nível correspondente ao requisito da função indicada;
- 11. Registro Profissional com anuidade paga, quando for o caso;
- 12. Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública, bem como de proventos, exceto nas hipóteses admitidas pela Constituição Federal, na forma do Anexo II;
- 13. Declaração de que não possui, nos termos do art. 15 da Lei Estadual nº 6.901/2014, grau de parentesco com determinadas autoridades públicas, na forma do Anexo IV.
- 13.4 No ato da contratação, o candidato deverá firmar Declaração de não Acumulação de Cargo, Emprego ou Função Pública, bem como de proventos exceto nas hipóteses admitidas pela Constituição Federal e Declaração de ciência das vedações estabelecidas pelo art. 37, incisos XVI, XVII e §10; 42, §3°; e 142, §3°, inciso VIII, da Constituição Federal, e do art. 9°, inciso III, da Lei Estadual nº 6.901/2014, conforme modelo nos Anexos II e III deste Edital.
- 13.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as etapas referentes ao processo de contratação, inclusive os Avisos e as atualizações disponibilizadas no sítio eletrônico indicado no Item 1 deste Edital e as convocações via e-mail.
- **13.6** Respeitado o prazo máximo previsto no art. 5º da Lei Estadual nº 6.901/2014, os contratos serão celebrados para atendimento das situações descritas no Item 2 deste Edital.



13.7 O candidato que for convocado por e-mail e não atender, no prazo fixado, à totalidade das exigências e solicitações ali contidas (dentre outras, a apresentação de todos os documentos indicados no item 13 deste Edital), será desclassificado, sendo convocado o candidato seguinte na lista de classificação.

#### 14. DO REGIME CONTRATUAL

- **14.1** Em decorrência do processo seletivo simplificado, será realizada contratação por tempo determinado, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Estadual nº 6.901/2014, na forma da minuta de Contrato, que faz parte integrante deste Edital (Anexo VIII).
- **14.1.1** A contratação a que se refere este Item 14 não cria vínculo empregatício ou estatutário, nem gera para o CONTRATADO o direito de ser posteriormente admitido como servidor estadual, nem o direito de ser aproveitado nos órgãos da Administração Direta ou Indireta, nem mesmo Fundação instituída ou mantida pelo Estado.

#### 14.2 São obrigações da UERJ:

- I depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus o CONTRATADO, em conta aberta em seu nome em instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Direta, Indireta, Fundações e dos Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro;
- II recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas IRPF, deduzidos da retribuição do CONTRATADO;
- III pagar tempestiva e integralmente a remuneração do CONTRATADO.
- **14.3** São obrigações do **CONTRATADO**, dentre outras estabelecidas no contrato:
- I desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico, de acordo com o objeto da contratação;



II - estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente;

III - submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho fixados;

IV - aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonada, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

V - cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes;

VI - exercer sua função na unidade indicada pela UERJ;

VII – atender à determinação de remoção, por necessidade do serviço, para qualquer unidade integrante da estrutura da UERJ;

**14.4** Dentre outros impedimentos estabelecidas no contrato, ao CONTRATADO é vedado:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser novamente contratado, pela Administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento no inciso <u>IX</u> do art. <u>37</u> da <u>Constituição Federal</u>, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, conforme inciso III do art. 9º da Lei Estadual nº 6.901/2014.

**14.5** O CONTRATADO responde pessoalmente pelo exercício irregular de seus encargos, por atos omissivos ou comissivos, dolosos ou culposos, nos termos da legislação penal, administrativa e civil, não excluída ou atenuada essa responsabilidade pela presença ou pelo acompanhamento da execução por servidor ou empregado público.

**14.6** Para fins disciplinares, aplicam-se aos contratados os deveres e obrigações previstos no Decreto-lei Estadual nº 220/1975, devendo o respectivo procedimento sancionador ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias.

14.7 O CONTRATADO terá direito a, conforme o caso:



- I licença maternidade;
- II licença paternidade,
- III férias, quando o período do contrato for superior a 12 (doze) meses, inclusive proporcionais;
- IV 13° salário, inclusive proporcionais;
- V adicional de insalubridade, desde que preenchidos os requisitos legais;
- VI remuneração não inferior ao piso regional fixado em Lei Estadual, de acordo com a respectiva categoria.

#### **15. DO FORO**

**15.1** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes a este processo seletivo e a contratação deste decorrente.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **16.1** Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.
- **16.2** Os candidatos não eliminados, excedentes às vagas atualmente existentes, serão mantidos em cadastro reserva e poderão ser convocados para contratação em função da disponibilidade de vagas futuras, durante o prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado.
- **16.3** Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativas ao procedimento ou à classificação final de candidatos neste Processo Seletivo Simplificado.
- **16.4** Integram o presente Edital, para todos os fins legais, os seguintes anexos:
- Anexo I: Critérios de Julgamento de Titulação Acadêmica e Experiência Profissional;
- Anexo II: Declaração de não Acumulação de Cargo, Emprego ou Função Pública, bem como de proventos, exceto nas hipóteses admitidas pela Constituição Federal, e ciência das vedações estabelecidas pelo art. 37, incisos XVI, XVII e §10; 42, §3°; e 142, §3°, VIII, da Constituição Federal;



- Anexo III: Declaração de ciência da vedação do art. 9º inciso III, da Lei estadual nº 6.901/2014;
- Anexo IV: Declaração de não parentesco com determinadas autoridades públicas;
- Anexo V: Termo de Autodeclaração de cota de negro.
- Anexo VI: Termo de Autodeclaração de cota de indígena.
- Anexo VII: Termo de Autodeclaração de cota de oriundo de comunidade quilombola.
- -Anexo VIII Contrato

### MARIO SÉRGIO ALVES CARNEIRO

Reitor da UERJ

#### **ANEXO I**

(Critérios de Julgamento de Titulação Acadêmica e Experiência Profissional)

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	
TITULAÇÃO ACADÊMICA	PONTUAÇÃO
TITULAÇÃO: Especializações e Cursos na especialidade concorrida.	
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	03 PONTOS POR ES-
ma ou Declaração de conclusão de Especialização, expedida por Institui-	PECIALIZAÇÃO /
ção de Ensino oficial, reconhecida pelo MEC, com carga horária miníma	CURSO (limitados a 05
de 60h.	cursos).



TITULAÇÃO: Curso de Pós-Graduação concluído na especialidade con-	
corrida, em instituição reconhecida pelo MEC.	
	15 PONTOS POR PÓS
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	GRADUAÇÃO
ma ou Declaração de conclusão de Pós-Graduação, expedida por Institui-	
ção de Ensino oficial, reconhecida pelo MEC, com carga horária miníma	
de 360h.	
TITULAÇÃO: Pós-Graduação Residência, concluída na especialidade	
concorrida, em instituição reconhecida pelo MEC.	20 DON'TOG DOD DE
	20 PONTOS POR RE-
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	SIDÊNCIA
ma ou Declaração de conclusão de Residência.	
TITULAÇÃO: MESTRADO concluído, em instituição reconhecida pelo	
MEC.	20 DON'TOG DOD
	30 PONTOS POR
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	MESTRADO
ma ou Declaração de conclusão de Mestrado, em qualquer área do conhe-	
cimento, expedida por Instituição de Ensino oficial, reconhecida pelo	
MEC.	
TITULAÇÃO: DOUTORADO concluído, em instituição reconhecida	
pelo MEC.	
	40 PONTOS POR
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	DOUTORADO
ma ou Declaração de conclusão do Doutorado, em qualquer área do co-	
nhecimento, expedida por Instituição de Ensino oficial, reconhecida pelo	
MEC.	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	<u> </u>



EXPERIÊNCIA: Experiência Profissional em Hospital Universitário (na	
especialidade concorrida), limitada aos 03 (três) últimos anos.	
	03 PONTOS A CADA
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Declaração ou comprovante	MÊS TRABALHADO
de recebimento emitido por Instituição Hospitalar Universitária.	
EXPERIÊNCIA: Experiência Profissional em Hospital (na especialidade	
concorrida), limitada aos 03 (três) últimos anos.	
	01 PONTO A CADA
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Declaração ou comprovante	MÊS TRABALHADO
de recebimento emitido por Instituição Hospitalar.	

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E MÉDIO TÉCNIO	CO
TITULAÇÃO ACADÊMICA	PONTUAÇÃO
TITULAÇÃO: Curso de Graduação concluído em instituição reconheci-	
da pelo MEC.	
	10 PONTOS POR
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	GRADUAÇÃO
ma ou Declaração de conclusão de Graduação, em qualquer área do co-	
nhecimento, expedida por Instituição de Ensino oficial, reconhecida pelo	
MEC.	



TITULAÇÃO: Especializações e Cursos na especialidade concorrida.	
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	03 PONTOS POR ES-
ma ou Declaração de conclusão de Especialização, expedida por Institui-	PECIALIZAÇÃO /
ção de Ensino oficial, reconhecida pelo MEC, com carga horária miníma	CURSO (limitados a 05
de 60h.	cursos).
TITULAÇÃO: Curso de Pós-Graduação concluído, em instituição reco-	
nhecida pelo MEC.	,
	20 PONTOS POR PÓS-
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	GRADUAÇÃO
ma ou Declaração de conclusão de Pós-Graduação, expedida por Institui-	
ção de Ensino oficial, reconhecida pelo MEC, carga horária miníma de	
360h.	
TITULAÇÃO: Mestrado concluído, em instituição reconhecida pelo	
MEC.	
	30 PONTOS POR
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	MESTRADO
ma ou Declaração de conclusão de Mestrado, em qualquer área do conhe-	
cimento, expedida por Instituição de Ensino oficial, reconhecida pelo	
MEC.	
TITULAÇÃO: Doutorado Concluído, em instituição reconhecida pelo	
MEC.	40.00.
	40 PONTOS POR
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Certidão, Certificado, Diplo-	
ma ou Declaração de conclusão do Doutorado, em qualquer área do co-	
nhecimento, expedida por Instituição de Ensino oficial, reconhecida pelo	
MEC.	



EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
EXPERIÊNCIA: Experiência Profissional em Hospital Universitário (na	
especialidade concorrida), limitada aos 03 (três) últimos anos.	
	03 PONTOS A CADA
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Declaração ou comprovante	MÊS TRABALHADO
de recebimento emitido por Instituição Hospitalar Universitária.	
EXPERIÊNCIA: Experiência Profissional em Hospital (na especialidade	
concorrida), limitada aos 03 (três) últimos anos.	
	01 PONTO A CADA
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: Declaração ou comprovante	MÊS TRABALHADO
de recebimento emitido por Instituição Hospitalar.	

### ANEXO II

(Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública, bem como proventos exceto nas hipóteses admitidas pela Constituição Federal)

CANDIDATO DEVE PREENCHER, ASSINAR E ENVIAR NA CONVOCAÇÃO



Eu,			(nome comple	to do
	(nacionalidade),		(estad	lo ci-
			domiciliado	na
			,	
	(Bairro),		(	CEP)
	(Cidade),			
o nº	, portador	da cédula	de identidade	nº
	, expedida por	, D	ECLARO, para o	s de-
vidos fins, e sob as penas o	da lei, que não acumularei, durante a v	rigência do pr	esente contrato te	mpo-
rário, cargo, emprego ou fo	unção pública, ou proventos, fora das	hipóteses per	mitidas nos termo	s dos
incisos XVI e XVII, e §10	° do art. 37; §3° do art. 42 e §3°, incis	so VIII do art	. 142, todos da Co	onsti-
tuição Federal, que seguen	n abaixo transcrito, anuindo aos seus t	termos expres	sa e irrevogavelm	iente,
sem qualquer reserva ou re	essalva:			
"XVI - é vedada a acumul	ação remunerada de cargos públicos,	evceto quan	do houver compat	tihili_
	lo em qualquer caso o disposto no inci	-	do nouver compar	.10111
dade de notarios, observad	to em quarquer caso o disposto no men	150 A1.		
a) a de dois cargos de prof	essor;			
b) a de um cargo de profes	sor com outro técnico ou científico;			
c) a de dois cargos ou emp	pregos privativos de profissionais de	saúde, com p	rofissões regulam	enta-
das;		_	_	
VVII a maihia a da aay	mulan actanda ao a ammuagas a fina?		autamanica funda	~~~~
- ,	mular estende-se a empregos e funçõ	•	-	•
	ades de economia mista, suas subsidiá	irias, e socied	ades controladas,	dire-
ta ou indiretamente, pelo p	oder publico;			
§10. É vedada a percepção	o simultânea de proventos de aposenta	adoria decorr	entes do art. 40 ou	u dos

arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acu-

muláveis na forma desta



Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.".

"§ 3º. Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.".

"§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVIII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c";"

DECLARO que possuo o seguinte vínculo jurídico com Administração Pública Direta ou Indireta, inclusive suas subsidiárias e sociedades controladas, sem regime de dedicação exclusiva:

Eventual exercício de outro Cargo / Emprego / Função (Vínculo Ativo)

Matrícula	Órgão/Entidade	Cargo	Carga	Horária	Data da	admissão

Eventual exercício de outro Cargo / Emprego / Função (Vínculo Inativo)

Matrícula Órgão/Entidade Cargo Carga Horária Data da aposentadoria



ocal e d	ata)		

(nome e assinatura do candidato)



### **ANEXO III**

(Declaração de ciência da vedação do art. 9°, inciso III, da Lei Estadual nº 6.901/2014)

### CANDIDATO DEVE PREENCHER, ASSINAR E ENVIAR NA CONVOCAÇÃO

Eu,		(nome complete	to do
	(nacionalidade),	(estad	o ci-
vil),	(profissão	o), domiciliado	na
	(Bairro),	, ((	CEP)
	(Cidade),(	Estado), inscrito(a) no CPF	∃ sob
o nº	, portador	da cédula de identidade	e nº
	, expedida por	, DECLARO, para o	s de-
vidos fins, e sob as penas	da lei, que estou plenamente ciente da proi	ibição prevista no art. 9º, ir	nciso
III, da Lei Estadual nº 6.9	01/2014, anuindo aos seus termos expressa	a e irrevogavelmente, sem	qual-
quer reserva ou ressalva,	e que não fui contratado(a) com fundam	nento no art. 37, inciso IX	ζ, da
Constituição Federal, que	trata da contratação por tempo determina	ado para atender a necessi	dade
temporária de excepcional	l interesse público, por qualquer entidade d	a Administração Pública do	o Es-
tado do Rio de Janeiro no	período de 12 (doze) meses que antecede	a celebração deste contrato	o, as-
sim como comprometo-m	ne a não pleitear ou aceitar contratação de	e igual gênero no prazo d	le 12
(doze) meses, contado da s	sua extinção.		
Art. 9°, inciso III, da Lei	Estadual nº 6.901/2014. Afirma, em razão	do disposto acima que nã	o foi
contratado(a) com fundam	nento no art. 37, inciso IX, da Constituição	Federal, que trata da cont	trata-
ção por tempo determinad	lo para atender a necessidade temporária de	e excepcional interesse púb	olico,
por qualquer entidade da	Administração Pública do Estado do Rio	o de Janeiro no período d	le 12

(doze) meses que antecede a celebração deste contrato, firmado em ...../...., assim como compro-



mete-se a não pleitear ou aceitar contratação de igual gênero no prazo de 12 (doze) meses, contado
da sua extinção.
(Local e data)
(nome e assinatura do candidato)



### **ANEXO IV**

(Declaração de ciência da vedação do art. 15 da Lei Estadual nº 6.901/2014)

## CANDIDATO DEVE PREENCHER, ASSINAR E ENVIAR NA INSCRIÇÃO

Eu,				(nome com	pleto do
candidato),				(es	tado ci-
vil),		(profissã	o), do	omiciliado	na
				,	
	(Bairro	),			(CEP)
	(Cidade), _	(	(Estado), ins	scrito(a) no (	CPF sob
o nº	,	portador	da cédula	de identic	lade nº
	, expedida por		, DE0	CLARO, sol	as pe-
nas da lei, que, consoante ve					
seus termos expressa e irrev	ogavelmente, não ser cônjug	e, compan	heiro ou pa	rente, consa	nguíneo
ou afim, em linha reta ou co	olateral, até o terceiro grau, c	lo Governa	ador, Vice-C	overnador, S	Secretá-
rios, Subsecretários, Diretore	es de Autarquias, Fundações,	Empresas	Públicas e	Sociedades	de Eco-
nomia Mista da Administraç	ão Indireta Fluminense, Dep	utados Est	aduais e Co	nselheiros do	o Tribu-
nal de Contas do Estado do l	Rio de Janeiro, bem como, n	o âmbito d	lesta Univer	sidade, de m	nembros
natos, eleitos e suplentes do (	Conselho Universitário.				
(Local e data)					

(nome e assinatura do candidato)



### ANEXO V

(Termo de Autodeclaração para cota de: negro)

# CANDIDATO DEVE PREENCHER, ASSINAR E ENVIAR NA INSCRIÇÃO

Eu,			(nome	completo do	,
candidato),	(nacionalidade),			_ (estado ci-	
vil),	(profissa	ão),	domicilia	do na	Ļ
	(Bairro),			_ (CEP)	
	(Cidade),	(Esta	ado), inscrito(a)	no CPF sob	
o nº	, portador	da	cédula de ide	entidade nº	1
	, expedida por		, DECLARO	, sob as pe-	
nas da lei, em especial, sob pena das sar	nções penais, previstas no D	ecret	co-lei nº 2.848/19	940 (Código	,
Penal, artigos 171 e 299), administrativa	as (nulidade do contrato, de	ntre	outros) e civis (r	eparação ao	
erário), além das sanções previstas nas r	normas internas da UERJ, id	lentii	ficar-me como n	egro(a).	
Informo a seguir o(s) critério(s) atualiza	do(s) para me autodeclarar	negr	o(a):		
( ) Características físicas. Especifique:					
( ) Origem familiar/antepassados. Espec	cifique:				
( ) Outros. Especifique:					
Declaro, ainda, estar ciente de que, apó	os contratado pela UERJ, po	odere	ei ser convocado	por comis-	
sões específicas da Universidade para v	erificação da afirmação con	tida 1	na presente decla	aração.	



ocal e data)		



#### ANEXO VI

(Termo de Autodeclaração para cota de: indígena)

# CANDIDATO DEVE PREENCHER, ASSINAR E ENVIAR NA INSCRIÇÃO

Eu,			(non	ne complete	o do
candidato),	(nacionalidade),			(estado	ci-
vil),	(prof	fissão),	domici	liado	na
	(Bairro).				EP)
	(Cidade),				
o nº					
	, expedida por		, DECLAF	RO, sob as	pe-
nas da lei, em especial, sob pena	das sanções penais, previstas ne	o Decre	to-lei nº 2.848	3/1940 (Có	digo
Penal, artigos 171 e 299), admini	istrativas (nulidade do contrato,	dentre	outros) e civis	s (reparaçã	o ao
erário), além das sanções prevista	as nas normas internas da UER.	J, identi	ficar-me como	o indígena.	
Informo a seguir o(s) critério(s) a	atualizado(s) para me autodecla	rar indí	gena:		
( ) Etnia ou povo a que pertenço	. Especifique:				
( ) Origem familiar/antepassados	s. Especifique:				
( ) Outros. Especifique:					
Declaro, ainda, estar ciente de q	ue, após contratado pela UERJ	, poder	ei ser convoca	ado por co	mis-
sões específicas da Universidade	para verificação da afirmação o	contida	na presente de	eclaração.	
(Local e data)					



(nome e assinatura do candidato)



#### **ANEXO VII**

(Termo de Autodeclaração para cota de: oriundo de comunidade quilombola)

# CANDIDATO DEVE PREENCHER, ASSINAR E ENVIAR NA INSCRIÇÃO

Eu,			(non	ne comple	to do
candidato),				(estac	lo ci-
vil),	(profis	ssão),	domici	liado	na
				,	
	(Bairro),			(	CEP)
					F sob
o nº	, portado	or da	cédula de	identidad	e nº
	, expedida por		, DECLAI	RO, sob a	s pe-
nas da lei, em especial, sob pena das	sanções penais, previstas no	Decre	to-lei nº 2.848	3/1940 (Co	ódigo
Penal, artigos 171 e 299), administra	tivas (nulidade do contrato, o	lentre	outros) e civi	s (reparaç	ão ao
erário), além das sanções previstas r	nas normas internas da UER	J, ide	ntificar-me co	mo oriun	do(a)
de comunidade quilombola.					
Informo a seguir o(s) critério(s) atual	izado(s) para me autodeclara	ır indíş	gena:		
( ) Quilombo a que pertenço. Especi	fique:				
( ) Remanescente de comunidade qu	ilombola. Indique:				
( ) Outros. Especifique:					
Declaro, ainda, estar ciente de que, a	após contratado pela UERJ,	poder	ei ser convoca	ado por co	omis-

sões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.





#### **ANEXO VIII**

(Minuta de Contrato)

# CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO I	DE SERVIÇOS POR TEMPO	J DETERM	INADO QUE EN	TIKE SI
CELEBRAM A UNIVERSIDA	DE DO ESTADO DO RI	O DE JAN	NEIRO, E O(A)	SR(A).
A UNIVERSIDADE DO ESTA	DO DO RIO DE JANEIRO	) Autarquia	Fundacional co	nstituída
na forma da Lei Municipal nº 547		_		
de junho de 1988 e Decreto nº 64				
Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o r		•		
524, Maracanã, Rio de Janeiro -				
		•		
de Gestão de Pessoas, Sr. XXXX	XX, portadora da Carteira d	e Identidade	nº XXXXX e do	· CPF nº
XXXXXX por delegação do Mag	nífico Reitor, MARIO SÉRO	GIO ALVES	CARNEIRO, por	tador da
carteira de identidade nº 1268-B,	expedida pela OAB/RJ e CF	PF nº 000.40	7.767-94), ora de	nomina-
da simplesmente	CONTRATANTE,	e	o(a)	Sr(a)
, nacionalidade		;	estado	civil
;	profissão		; domici	liado na
Bairro			, Estado	
inscrito(a) no CPF sob o nº				
			expedida	por
	, daqui por diante denom	inado CON	TRATADO, resol	lvem ce-
lebrar o presente Contrato de Pres	stação de Serviços por tempo	determinad	o, em decorrência	ı de pro-



cesso seletivo simplificado, registrado pelo processo administrativo n.º \_\_\_\_\_\_, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição da República e artigo 77, inciso XI, da Constituição do Estado e na Lei Estadual nº 5.361/2008, que se regerá pelas normas da Lei Estadual nº 6.901/2014 e do AEDA 013/REITORIA/2021, com redação atualizada pelo AEDA 017/REITORIA/2021, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de \_\_\_\_\_\_ à CON-TRATANTE, na forma da Lei Estadual nº 6.901//2014, da Lei Estadual nº 5.361/2008 e do AEDA 013/REITORIA/2021, com redação atualizada pelo AEDA 017/REITORIA/2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência iniciará a partir da data da convocação do candidato aprovado após a homologação do resultado final do processo seletivo simplificado.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O prazo a que se refere o *caput* desta cláusula poderá ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, observando-se a disciplina do art. 5º da Lei Estadual nº 6.901/2014.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO:

O período do contrato previsto no *caput* deverá ser executado integralmente e sem interrupções, salvo aquelas expressamente previstas em lei e neste contrato, sob pena de ser caracterizada a inadimplência do CONTRATADO, com a consequente extinção do contrato de prestação de serviço.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO:

A prorrogação prevista nesta Cláusula só poderá ser efetivada segundo a conveniência da Administração, a critério exclusivo do CONTRATANTE.



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

I - depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus o CONTRATADO, em conta aberta em

seu nome em instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o calendário de pagamento

dos servidores públicos da Administração Direta, Indireta, Fundações e dos Pensionistas do Estado

do Rio de Janeiro;

II - recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, de-

duzidos da retribuição do CONTRATADO;

III - expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para

defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento do CONTRATADO;

IV - abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função do

CONTRATADO;

V - pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada na Cláusula Décima.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Constituem obrigações do CONTRATADO:

I - desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica

especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico, de acordo com o objeto da con-

tratação;

II - estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das ativi-

dades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

III - submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

IV - aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decor-

rentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonada, devida-

mente apontadas no período de vigência deste contrato;



V - cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes do CONTRATANTE;

VI - exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

VII - ser leal ao CONTRATANTE;

VIII - observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

IX - cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

X - atender, com presteza, ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

XI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

XII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

XIV - mnter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XV - ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

XVI - tratar com urbanidade as pessoas;

XVII - representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XVIII – em caso de CANDIDATO com deficiência, apresentar declaração médica que indique com precisão a deficiência (e seu enquadramento no art. 5° e no Anexo Único da Lei Estadual n° 2.298/1994) e sua compatibilidade integral com os requisitos e condições do exercício da função específica descritos no Item 10 do Edital (art. 9° da Lei Estadual n° 2.298/1994);

# CLÁUSULA QUINTA: DAS VEDAÇÕES

Ao CONTRATADO é vedado:



I - ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

III - opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

IV - promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

V - promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

VI - cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

VII - atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

VIII - receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

IX - praticar usura sob qualquer de suas formas;

X- proceder de forma desidiosa;

XI - utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

XII - exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRA-TANTE e com o horário de trabalho;



XIII - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício

de cargo em comissão ou função de confiança;

XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o

comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XV - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

XVI - ser novamente contratado, pela Administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro,

com fundamento no inciso <u>IX</u> do art. <u>37</u> da <u>Constituição Federal</u>, antes de decorridos 12 (doze) me-

ses do encerramento de seu contrato anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO:

A inobservância do disposto nos incisos XIII, XV e XVI desta cláusula importará na nulidade do

contrato, sem prejuízo da responsabilização administrativa das autoridades envolvidas e do CON-

TRATADO.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO responde pessoalmente pelo exercício irregular de seus encargos, por atos

omissivos ou comissivos, dolosos ou culposos, nos termos da legislação penal, administrativa e ci-

vil, não excluída ou atenuada essa responsabilidade pela presença ou pelo acompanhamento da exe-

cução por servidor ou empregado público.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS DIREITOS DO CONTRATADO

O CONTRATADO terá direito a, conforme o caso:

I – licença maternidade;

II - licença paternidade,

III – férias, quando o período do contrato for superior a 12 (doze) meses, inclusive proporcionais;

IV – 13° salário, inclusive proporcionais;



V- adicional de insalubridade, desde que preenchidos os requisitos legais;

VI – remuneração não inferior ao piso regional fixado em Lei Estadual, de acordo com a respectiva categoria.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Em caso de faltas do CONTRATADO:

I - por até 15 (quinze) dias por motivo de doença, estas serão abonadas mediante comprovação por atestado médico, desde que apresentado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do primeiro dia de afastamento;

#### PARÁGRAFO SEGUNDO:

Após a vigência de 12 (doze) meses do presente contrato, o CONTRATADO terá direito a afastar-se do trabalho, em decorrência de férias, por trinta (30) dias consecutivos, sem prejuízo de sua retribuição, a partir de data ajustada entre as partes, atendida a conveniência da Administração Pública, e do direito a férias proporcionais em caso de extinção do contrato antes de completar qualquer período aquisitivo de 12 (doze) meses.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO:

A rejeição de pedido de férias regulamente formulado pelo CONTRATADO só será possível em casos excepcionalíssimos, assim reconhecidos pelo titular do órgão a que o mesmo estiver vinculado, mediante motivação expressa e específica para o caso concreto, indicando-se pormenorizadamente as tarefas e funções que não podem ser reduzidas ou suspensas naquele período específico.

#### PARÁGRAFO QUARTO:

Ainda que configurada a estrita e inadiável necessidade do serviço a justificar a rejeição do pedido de férias formulado pelo CONTRATADO, a concessão de tal afastamento deverá ser tão somente postergada para período futuro, ainda no prazo de vigência do contrato, indicando-se expressamente a previsão das datas de início e término do período de férias então adiadas, de modo a evitar a necessidade de indenização pecuniária de período não gozado de férias.



# CLÁUSULA OITAVA: DA REMUNERAÇÃO A remuneração bruta total do CONTRATADO será de R\$ por mês. PARÁGRAFO ÚNICO: As vantagens e benefícios previstos em legislação específica da categoria funcional ou de cargo análogo na estrutura estadual não repercutirão sobre a remuneração do CONTRATADO. CLÁUSULA NONA: DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO O CONTRATADO executará os serviços descritos na , ficando subordinado às determinações do CONTRATANTE quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATADO se obriga a exercer sua função na unidade indicada pelo CONTRATANTE. PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATADO, por necessidade do serviço, poderá ser removido para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem, solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio. PARÁGRAFO TERCEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores indicados pelo CONTRA-TANTE, juntamente a unidade em que o CONTRATADO estiver prestando o serviço.

Este contrato será extinto, sem indenização ao CONTRATADO, quando verificada uma das seguintes hipóteses:

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO



I - término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

II – por conveniência motivada da Administração Pública contratante;

<u>III</u> - pelo cometimento de infração contratual ou legal por parte do contratado, apurada em regular processo administrativo;

I<u>V</u> - no caso de ser ultimado, com nomeação de candidatos, o concurso público com vistas ao provimento de vagas correspondentes às funções desempenhadas pelos servidores contratados com base na Lei nº 6.901/2014;

V - pela extinção da situação ou conclusão do objeto, nas hipóteses previstas no inciso VIII do §1º do art. 2º, da Lei nº 6.901/2014;

<u>VI</u> - nas hipóteses de o contratado:

a) ser convocado para serviço militar obrigatório, quando houver incompatibilidade de horário;

<u>b)</u> assumir mandato eletivo que implique afastamento do serviço.

<u>VII</u> - se o contratado faltar ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de 12 meses, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença do contratado, cônjuge, ascendentes ou descentes diretos, desde que devidamente comprovada;

VIII - afastamento por motivo de doença do contratado por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, e por doença do cônjuge, ascendentes ou descendentes diretos por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos;

IX - por vontade de ambas as partes;

X - por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos



ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade do CONTRATADO.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Na hipótese do inciso V, do *caput* desta cláusula, a substituição do CONTRATADO por servidor efetivo investido em cargo que abarque as funções objeto do presente contrato pode decorrer por qualquer forma de provimento, seja originário ou derivado.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO:

Na hipótese prevista no inciso II, do *caput* desta cláusula, o contratado fará jus à indenização correspondente a 1 (uma) vez o valor da remuneração mensal fixada no contrato, assim como ao pagamento do 13º salário e férias proporcionais.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO:

O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização ao CONTRATADO, em razão de:

- a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;
- b) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata; ou
- c) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

#### PARÁGRAFO QUARTO:

A declaração de rescisão deste contrato, em todos os casos em que ela é admitida, será sempre feita independentemente de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operará seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

# PARÁGRAFO QUINTO:



No ajuste final de contas, dos valores eventualmente devidos ao CONTRATADO, o CONTRATAN-TE, como lhe incumbe, procederá aos descontos previstos na legislação específica, na forma estabelecida em suas disposições.

#### PARÁGRAFO SEXTO:

O CONTRATADO só poderá rescindir ou interromper a prestação de serviços por conta de infração contratual ou legal do CONTRATANTE mediante propositura de ação judicial, devendo manter o cumprimento integral de suas obrigações legais e contratuais até expresso pronunciamento judicial que suspenda ou extinga a exigibilidade das mesmas.

#### PARÁGRAFO SÉTIMO:

Quando a rescisão unilateral do contrato se der por falta imputável ao contratado, deverá ser realizada sindicância, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a fim de assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa acerca dos fatos controvertidos e relevantes para a extinção do contrato por culpa do contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

A presente contratação não cria vínculo empregatício ou estatutário entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor estadual e nem o de ser aproveitado nos órgãos da Administração Direta ou Indireta ou, ainda, Fundação instituída ou mantida pelo Estado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DECLARAÇÕES

O CONTRATADO firma, neste ato, as seguintes declarações, que fazem parte integrante do presente contrato:

I - de não Acumulação de Cargo ou Função Pública, exceto nas Hipóteses Admitidas pela Constituição Federal, e de ciência das vedações estabelecidas pelo art. 37, incisos XVI, XVII e §10; 42, §3° e 142, §3°, VIII da Constituição Federal;

II - de ciência da vedação do art. 9°, inciso III, da Lei Estadual nº 6.901/2014; e



III - de ciência da vedação contida no art. 15 da Lei Estadual nº 6.901/2014.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

Para fins disciplinares, aplicam-se ao CONTRATADO, nos termos da Lei nº 6.901/2014, as obrigações e os deveres previstos no Decreto-Lei Estadual nº 220/1975.

#### PARÁGRAFO ÚNICO:

Quando instaurado, o procedimento sancionador devera ser concluído no prazo de trinta dias, conforme determinação do art. 10 da Lei nº 6.901/2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRA-TANTE

A superveniência de decisão judicial que eventualmente anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 6.901/2014, não assegurará qualquer direto de reparação ao CONTRATADO, o qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

O CONTRATADO será notificado dos atos do CONTRATANTE, por qualquer uma das seguintes formas:

I – por publicação no Diário Oficial do Estado;

II - por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao CONTRATADO, com aviso de recebimento (A.R.);



III - pela ciência, no processo, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado do CONTRATANTE.

# CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO Dá-se a este contrato o valor total de R\$\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_), considerado o somatório de todas as parcelas a serem pagas ao CONTRATADO durante o prazo previsto na cláusula segunda. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamen-

Programa de Trabalho: 2961.10.302.0454.2727

tárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

Natureza das Despesas: 3390

Fonte de Recurso: 100

curso: 100

Nota de Empenho:

#### PARÁGRAFO ÚNICO:

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

# CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO E DO CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

#### PARÁGRAFO ÚNICO:



O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, as partes, o objeto, o prazo, o valor e o número de empenho.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro,	de	2022.		
(UERJ) CONTRA	ATANTE			
CONTRATADO				
TE	STEMUNHA		TESTEMUNHA	